

## DIRETORES

Jaime Câmara Junior  
Fernando Câmara  
DIRETOR-EDITOR  
Wagner Tavares de Goes  
CHIEFE DE REDAÇÃO  
Leonardo Mota Neto

# Política

## Economia - mídia Resultado político da crise econômica

A inflação de nove por cento para o mês de janeiro é mais uma dolorosa evidência da se- quência de desencontros a que está submetido o país pelos responsáveis pela administração da economia. A inflação de nove por cento ao mês significa, numa projeção elementar, que o ano se inicia com a perspectiva de uma alta de preços ao redor de 150%, o que nos coloca muito próximos dos índices argentinos, fato que não lisonjeia ninguém.

Mas, afora as tecnicidades do assunto econômico, tema denso e complexo, é espantoso que o governo Figueiredo não tenha até hoje definido uma linha de atuação segura na gerênci- a de seus problemas financeiros. Galbraith diz em seu famoso "A ideologia da sociedade industrial" que há uma dissociação enigmática entre política e economia na administração dos estados modernos. Os fatos da política são ad- ministrados como se não houvesse determinan- tes econômicas. E vice-versa.

O setor político do governo Figueiredo, a exemplo de seu antecessor, Ernesto Geisel, fun- cionou à plena carga dentro dos parâmetros de abertura traçados há muito tempo. O discurso político do governo federal não se modificou ao longo dos últimos anos. Ninguém é obrigado a concordar com a essência do recado governamental, mas é forçoso admitir que existe uma evidente consistência entre o que foi prometido e aquilo que, afinal, veio a ser realizado. O governo falava de abertura lenta e gradual e através de seus porta-vozes desenhava o esboço de um regime liberal e conservador. E neste sentido o Brasil caminhou, nos últimos tempos.

Tanto Petrônio Portella quanto Golbery do Couto e Silva atuaram dentro deste espírito, dessa linha traçada com régua e compasso há muito tempo. Porque havia uma definição preliminar os dois puderam conversar com todos os grupos da política, dissidentes ou não, e montar um quadro muito aproximado da realidade brasileira. Sobre esse quadro a estrutura básica do processo de distensão foi montado.

Nenhum dos artífices da distensão política ou da abertura prometeu além do que aconteceu. Falou-se numa anistia cuidadosa, que terminou sendo mais ampla que o previsto, na reforma partidária, na revogação do AI-5 e na eleição direta para governadores de estado. A idéia de voto distrital, por exemplo, data de pelo menos oito anos. Não há nada de novo no plano da política brasileira, porque tudo correu de

acordo com um programa anteriormente traçado. E possível discordar do projeto, mas é impossível não admitir sua existência.

O projeto de abertura culminou com a eleição de governadores que colocou opositores no poder em doze estados da federação. As con- versas iniciadas por Petrônio Portella, com a sua missão Portella indagando aqui e ali sobre possibilidades da distensão política, teve con- sequência. Caminhou até alcançar a posição atual, que, do ponto de vista político, é uma notável conquista dentro deste confuso cenário sul-americano. O projeto, tal como foi conce- bido, com as adaptações ditadas pelas circuns- tâncias, chegou onde era possível.

O setor econômico ao contrário levou seus administradores à constrangedora situação de escamotear informações ou, mais, assumir publicamente responsabilidades pelo que não iria acontecer. Mas, deixando à parte as tec- nicalidades da situação, causa estranheza e per- perplexidade o fato de o governo federal, que foi capaz de realizar a obra política, ser impotente para entender que o fenômeno econômico é, em realidade, exclusivamente político. Um exem- plo rápido: inflação de 150 por cento ao ano combinada com reforma da lei salarial terá como consequência razoável a insubordinação popular, que como manda a tradição brasileira, deve ser assunto de polícia.

Os embargos econômicos externos estão caminhando para se tornar um notável com- plicador de política interna. Outro aspecto: esse mesmo governo que fez a distensão não tem sido capaz de utilizar-se favoravelmente da crise. Se a crise nacional tem peculiaridades brasileiras possui, também, as vantagens de ser um problema que pode ser solucionado com a vontade do país. Ao contrário, o governo fecha-se numa posição de mutismo, incentiva que os porta-vozes da área econômica conti- nuem com sua retórica desgastada, e deixa de atuar de maneira política diante do fenômeno. Numa atitude explicativa, tenta justificar a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internaciona e a constrangedora carta dirigida ao presidente daquela entidade.

É de fato enigmático que política e economia tenham se dissociado de tal forma no cenário brasileiro. A crise deixou de ser econômica para intervir diretamente no cotidiano da vida nacional. Tanto assim é que o governo federal sabia desde julho dos embargos financeiros em que havia se envolvido. Mas protelou a divulgação deste fato porque corria o risco de sofrer uma monumental derrota eleitoral. Se as con- sequências da crise são políticas, a adminis- tração do fenômeno também deve ser política. Os tecnocratas já mostraram a que vieram e os resultados estão à disposição. Um deles é a in- flação de 150% ao ano.

André Gustavo Alves de Souza